

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- CONHECIMENTOS GERAIS --

Costuma-se descrever a ciência como uma sucessão de descobertas, cada uma atribuída a uma mente excepcional. Essa descrição é mais simples e, por isso, mais confortável. Porém, é incompleta. Ideias científicas não emergem no vazio. Elas dependem de um sistema que contém instrumentos, linguagem e dados acumulados, bem como de comunidades capazes de reconhecer e, principalmente, criticar seus significados. Para que haja um desfecho por orientação vetorial que conduza ao que conhecemos como a consagração de uma teoria, é preciso haver, sobretudo, convergência.

Uma nova ideia pode se aproximar mais da verdade e, ainda assim, permanecer estéril se os vetores do sistema científico não estiverem suficientemente acoplados para absorvê-la. Por outro lado, quando múltiplas linhas de evidência passam a operar de forma coerente, mesmo ideias inicialmente controversas tornam-se inevitáveis.

A consequência é que a história da ciência é menos uma sucessão de lampejos isolados e mais a de sincronizações oriundas de massas de dados e ideias que vão gradualmente se articulando até que o peso de um novo paradigma se torne insustentável.

Marcos Buckeridge. Quando as ideias encontram (ou não) o seu tempo.  
Internet: <jornal.usp.br> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, com base nas ideias e construções linguísticas do texto precedente.

- 1 De acordo com o texto, na história da ciência, as sincronizações provenientes de massas de dados e de ideias que, aos poucos, se vão articulando têm mais peso que a sucessão de lampejos.
- 2 O emprego do presente do indicativo em “Ideias científicas não emergem no vazio” (primeiro parágrafo) confere à ideia expressa no período valor de uma verdade absoluta.
- 3 Da leitura do texto infere-se que a aproximação de uma teoria à verdade é fator menos decisivo que a existência de certa orientação vetorial de um sistema científico para a consagração dessa teoria e para o conseqüente surgimento de um paradigma científico.
- 4 No trecho “a história da ciência é menos uma sucessão de lampejos isolados e mais a de sincronizações oriundas de massas de dados e ideias que vão gradualmente se articulando” (último parágrafo), o vocábulo “a” substitui termo nominal já mencionado e contribui para a coesão sequencial do texto.
- 5 No segmento “é preciso haver, sobretudo, convergência” (final do primeiro parágrafo), a oração “haver, sobretudo, convergência” liga-se sintaticamente ao adjetivo “preciso”.
- 6 Haveria prejuízo da correção gramatical do texto caso se inserisse vírgula após a palavra “controversas” (final do segundo parágrafo).
- 7 De acordo com o texto, a simplicidade da descrição da ciência como uma sucessão de descobertas de uma mente brilhante confere conforto à sociedade e, ao mesmo tempo, opera apagamentos na história da construção do conhecimento.

- 8 Na oração “Uma nova ideia pode se aproximar mais da verdade” (segundo parágrafo), o emprego do pronome “se” entre as formas verbais “pode” e “aproximar” é típico de textos informais, de modo que, para garantir a formalidade e a correção gramatical do texto, tal pronome deveria ser deslocado para a posição enclítica à forma verbal “aproximar”.

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei com medidas para tornar mais rápido o atendimento telefônico em casos de emergência por engasgo. A proposta define protocolos específicos para os serviços públicos de urgência, como o SAMU (192) e o Corpo de Bombeiros (193). O texto aprovado foi o substitutivo ao projeto original (PL 2995/2025).

Pelo novo texto, as centrais de regulação deverão priorizar a chamada na fila de atendimento como emergência com risco de morte iminente; acionar o recurso mais próximo da ocorrência imediatamente; e manter o solicitante na linha para fornecer orientações de manobras de desobstrução em tempo real enquanto a viatura se desloca.

Além disso, o substitutivo prevê o treinamento periódico dos atendentes, incluindo técnicas de manejo emocional e controle de estresse.

A proposta também autoriza o poder público a treinar leigos conforme as diretrizes da Lei do Voluntariado e da Lei Lucas, que estabelece a capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários de escolas e creches públicas e privadas.

Internet: <www.camara.leg.br> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, relativos ao texto, às ideias nele apresentadas e a seus aspectos gramaticais.

- 9 Na oração “para tornar mais rápido o atendimento telefônico em casos de emergência por engasgo” (primeiro parágrafo), a flexão da forma verbal “tornar” no plural — **tornarem** — prejudicaria tanto a correção gramatical quanto o sentido original do texto.
- 10 No último parágrafo do texto, os termos “do Voluntariado” e “Lucas” desempenham funções sintáticas distintas.
- 11 O texto caracteriza-se como predominantemente expositivo.
- 12 O período que inicia o primeiro parágrafo encerra a informação nuclear do texto.
- 13 A substituição do termo preposicionado “de morte”, em “risco de morte iminente” (segundo parágrafo), por **mortal** prejudicaria tanto as relações sintáticas estabelecidas no trecho quanto seu sentido original.

Medos e fobias compõem uma lista breve e universal. Cobras e aranhas sempre amedrontam. São o que mais comumente provoca medo e asco em estudantes universitários cujas fobias foram estudadas; isso tem sido assim por muito tempo em nossa história evolutiva. Donald Hebb constatou que chimpanzés nascidos em cativeiro gritam aterrorizados quando veem uma cobra pela primeira vez. Mesmo nas culturas que veneram as serpentes, as pessoas as tratam com muita cautela.

Os outros medos comuns são de altura, tempestades, grandes carnívoros, escuridão, sangue, estranhos, confinamento, águas profundas, escrutínio social e deixar a casa sozinha. A linha comum é óbvia: essas são as situações que punham em perigo nossos ancestrais. Aranhas e cobras frequentemente são venenosas, em especial na África, e a maioria dos outros medos representa perigos evidentes para a saúde de um coletor de alimentos ou, no caso do escrutínio social, para o *status*. O medo é a emoção que motivava nossos ancestrais a lidar com os perigos que tendiam a encontrar.

O medo provavelmente consiste em várias emoções. Fobias de coisas físicas, de escrutínio social e de deixar a casa sozinha reagem a diferentes tipos de drogas, o que é um indício de que são computadas por circuitos cerebrais distintos. O psiquiatra Isaac Marks demonstrou que as pessoas reagem de modos diferentes a diferentes estímulos atemorizantes, sendo cada reação apropriada ao perigo. Um animal desencadeia o ímpeto de fugir, mas um precipício faz a pessoa ficar petrificada. Ameaças sociais conduzem à timidez e a gestos de apaziguamento. Há pessoas que realmente desmaiam ao ver sangue, pois sua pressão sanguínea cai, presumivelmente uma reação que minimizaria uma perda adicional de sangue.

A melhor evidência de que medos são adaptações, e não apenas erros do sistema nervoso, é que os animais que evoluíram em ilhas sem predadores perdem o medo e se tornam presas fáceis para qualquer invasor. Os medos dos atuais habitantes das cidades protegem-nos de perigos que não existem mais e deixam de nos proteger dos perigos do mundo que nos cerca. Deveríamos ter medo de armas de fogo, de dirigir em alta velocidade, de andar de carro sem cinto de segurança, de fluido de isqueiro e do secador de cabelo perto da banheira, e não de cobras e aranhas. Os responsáveis pela segurança pública tentam incutir o medo no coração dos cidadãos usando todos os recursos, das estatísticas às fotografias chocantes, geralmente em vão. Os pais gritam e castigam os filhos para impedi-los de brincar com fósforos ou de correr atrás da bola na rua, mas, quando se perguntou a estudantes de séries iniciais em Chicago o que eles mais temiam, as crianças citaram leões, tigres e cobras — perigos improváveis naquela cidade.

Steven Pinker. *O cheiro do medo*. In: *Como a mente funciona*. Laura Motta (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, referentes às ideias e a aspectos linguísticos do texto precedente.

- 14 De acordo com o texto, os medos do ser humano permanecem os mesmos desde a época de seus ancestrais, mas passaram por processo gradativo de adaptação para a proteção da espécie contra novos perigos.
- 15 O fato de as pessoas reagirem de modos diferentes a diferentes estímulos atemorizantes é apresentado no terceiro parágrafo como um possível contra-argumento à tese de que medos e fobias compõem uma lista universal.

- 16 Embora reconheça que a falta de medo de certos elementos gera problema de segurança pública na sociedade urbana contemporânea, o autor opõe-se à ideia de que a tentativa de incutir medo “no coração dos cidadãos” constitua estratégia para resolver essa questão.
- 17 No primeiro parágrafo, os vocábulos “medo”, em “São o que mais comumente provoca medo e asco em estudantes universitários cujas fobias foram estudadas”, e “cautela”, em “Mesmo nas culturas que veneram as serpentes, as pessoas as tratam com muita cautela”, são empregados como sinônimos.
- 18 No trecho “Deveríamos ter medo de armas de fogo, de dirigir em alta velocidade, de andar de carro sem cinto de segurança, de fluido de isqueiro e do secador de cabelo perto da banheira, e não de cobras” (último parágrafo), a substituição da vírgula empregada imediatamente após “banheira” por ponto e vírgula e a supressão do termo “e”, em “e não de cobras”, manteriam a correção gramatical e a coerência das ideias do texto.
- 19 No segmento “quando se perguntou a estudantes de séries iniciais em Chicago o que eles mais temiam” (último parágrafo), o emprego do vocábulo “se” indica que o sujeito da primeira oração é indeterminado.
- 20 Seria mantida a correção gramatical do texto, embora sua coerência fosse prejudicada, caso a forma verbal presente no trecho “a maioria dos outros medos representa perigos evidentes” (segundo parágrafo) fosse flexionada no plural — **representam**.
- 21 No segmento “Há pessoas que realmente desmaiam ao ver sangue” (terceiro parágrafo), a oração “Há pessoas” poderia ser reescrita como **Existem pessoas**, sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto; entretanto as relações sintáticas estabelecidas na oração seriam alteradas, pois o termo “pessoas” deixaria de exercer a função de complemento verbal e passaria a funcionar como sujeito da oração.
- 22 Diferentemente do medo de armas de fogo, o medo de cobra é caracterizado no texto como algo que independe de experiência prévia, é constante, ocorre em diferentes culturas e tem base biológica.
- 23 O termo “aterrorizados”, em “chimpanzés nascidos em cativeiro gritam aterrorizados” (primeiro parágrafo), exerce a mesma função sintática que o termo “óbvia”, em “A linha comum é óbvia” (segundo parágrafo).
- 24 No texto, tanto a expressão “presumivelmente uma reação que minimizaria uma perda adicional de sangue” (final do terceiro parágrafo) quanto a expressão “perigos improváveis naquela cidade” (final do último parágrafo) exercem a função sintática de aposto.
- 25 No último parágrafo, os vocábulos “são”, em “medos são adaptações”, e “vão”, em “geralmente em vão”, pertencem a classes de palavras distintas.
- 26 No trecho “as pessoas reagem de modos diferentes a diferentes estímulos atemorizantes” (terceiro parágrafo), o vocábulo “atemorizantes” é empregado com o mesmo sentido de **temerários**.

The role of the police in a healthy democracy is radically different from their role in authoritarian societies. In autocratic regimes, the police serve mainly to protect not the people, but the regime. The police are therefore typically politicized, with appointments being part of the patronage system that rewards regime loyalists. Police officers spend a great deal of time spying on the populace to unmask political opposition; crime against citizens is less of a concern. Abuse and corruption are usually rife, because police are not held accountable for their actions. Rather, political leaders tolerate abuses by the police in return for police loyalty to the regime.

By contrast, in democratic societies the primary mission of the police is to protect citizens against crime and disorder, including illegal or corrupt behavior by officials. In democracies, police have carefully circumscribed roles that require close and positive relations with ordinary citizens. The use of arms and pursuit of criminals are rare and take up only a tiny fraction of police time. Instead, police officers spend the vast bulk of their time building relationships with the community through patrols, community-enhancing activities, and listening to citizens. The goal of democratic policing is to build a web of relationships between the community and the police that helps to control crime by making police aware of the persons and activities in the communities that they are assigned to protect and by inclining citizens to trust and cooperate with police. This also achieves the primary goal of making citizens feel secure in their daily activities, thereby fostering a climate that encourages increased legitimate business activity, investment, and planning for the future.

Michael D. Wiatrowski and Jack A. Goldstone. *The ballot and the badge*: democratic policing. In: *Journal of Democracy*, Volume 21, Number 2. Internet: <muse.jhu.edu> (adapted).

Concerning the previous text, judge the following items.

- 27 It is correct to infer from the first paragraph of the text that investigating common crimes committed against citizens is not part of the police's duties in autocratic nations.
- 28 The words "Rather" (last sentence of the first paragraph) and "Instead" (fourth sentence of the second paragraph) could be used interchangeably in the text without this making it incoherent.
- 29 The authors oppose two different roles of the police, each one related to a specific way political power can be exercised in a society.
- 30 In the sentence "The police are therefore typically politicized, with appointments being part of the patronage system that rewards regime loyalists" (first paragraph), the authors imply that, in authoritarian societies, proper qualification may not suffice for someone to become a police officer.
- 31 According to the text, the limitations imposed on police work in democratic societies are motivated by the fact that the use of arms almost never happens.
- 32 In the fragment "police have carefully circumscribed roles that require close and positive relations with ordinary citizens" (second paragraph), "ordinary citizens" are people who represent the average citizen in a democratic society.

The security risks faced by Parliaments, legislatures, elected representatives, and the officials who support them, differ greatly according to their evolving national and local circumstances, among other things. For some, the biggest security risks may stem from disruptive protesters and cyber criminals, but terrorism may pose the most concerning risks for others. In fact, threat actors differ enormously in their intentions and capabilities, which also change over time.

Given that risk is a product of threat, vulnerability, and impact, it follows that ultimately there are only three ways to reduce security risk — namely, by reducing the threat, reducing the vulnerability, or reducing the impact (or some combination thereof). Reducing the threat element of security risk is difficult, especially in the case of determined and capable threat actors. Responsibility for reducing threats tends to lie mainly with national law enforcement, security, and intelligence agencies. That said, parliaments and other organisations can contribute to threat reduction through deterrence — in other words, by influencing the intentions of threat actors. Carefully crafted security-minded communications can convey a discouraging message to potential attackers, to the effect that they should expect to confront professional security measures and face a substantial risk of being caught. For instance, a parliamentary website might advertise that visitors will undergo 'airport-style screening', without explaining precisely what that entails. The public should be reassured by such message, whereas some threat actors might be deterred.

Paul Martin. *Parliamentary security*: an introductory guide. Internet: <www.cpahq.org> (adapted).

Considering the preceding text, judge the following items.

- 33 In the excerpt "threat actors differ enormously in their intentions and capabilities, which also change over time" (first paragraph), "which" refers to "threat actors".
- 34 The passage "some combination thereof", in "reducing the threat, reducing the vulnerability, or reducing the impact (or some combination thereof)" (second paragraph), necessarily indicates a combination of the two last factors mentioned: vulnerability reduction and impact reduction.
- 35 Based on the text, it is correct to conclude that the possibility of threat reduction being successful varies according to the level of determination and to the ability of those posing threats.
- 36 In the second paragraph, both "Given that", in "Given that risk is a product of threat", and "to the effect that", in "can convey a discouraging message to potential attackers, to the effect that they should expect to confront professional security measures" can be respectively replaced with **Because** and **because** without this changing the original meaning of the text.
- 37 According to the text, with "Carefully crafted security-minded communications", potential attackers are discouraged and caught before being able to cause any harm.
- 38 As mentioned at the end of the text, the message about the airport-style screening advertised in a parliamentary website could have a dual effect on people, even if they are not told its exact implications.

*R*: “Se o deputado não é favorável à matéria, então a votação do deputado é favorável se, e somente se, a legenda recomendar o voto favorável.”

Julgue os itens seguintes, acerca da proposição *R* precedente.

- 39 A negação da proposição *R* pode ser expressa por “Ou a votação do deputado é favorável, ou a legenda recomendou o voto favorável e o deputado não é favorável à matéria.”.
- 40 A proposição *R* terá valor lógico falso apenas nos casos em que for verdadeiro o valor lógico da proposição simples “O deputado não é favorável à matéria.”.

No que se refere a lógica de primeira ordem e lógica de argumentação, julgue os seguintes itens.

- 41 Considere as seguintes proposições de determinado deputado:

*A*: “Se eu não voto favorável à matéria, serei punido pela legenda.”;

*B*: “Se sou punido pela legenda, posso decepcionar os eleitores.”;

*C*: “Vou votar favorável à matéria.”.

Com base no argumento cujas premissas sejam as proposições *A*, *B* e *C*, é correto concluir que os eleitores não poderão ficar decepcionados.

- 42 Considere o conjunto universo dos deputados e os predicados a seguir:

$p(x)$ :  $x$  é favorável à matéria.

$q(x)$ :  $x$  vota favorável.

Nesse caso, a frase “Existe deputado que não é favorável à matéria e sua votação não é favorável.” pode ser escrita, em representação simbólica, como  $\exists x \neg(p(x) \rightarrow q(x))$ .

Duas comissões de avaliação serão formadas na Câmara dos Deputados — a comissão CP e a comissão CQ. A comissão CP deverá ser formada obrigatoriamente por exatos 5 membros, em que 2 devem ser deputados do partido A, 2 devem ser deputados do Partido B e 1 deve ser deputado do partido R. Por outro lado, a comissão CQ pode ser formada ou com 5 membros ou com apenas 4 membros, em casos de urgência. No caso de a comissão CQ ser formada por 5 membros, ela deverá ter 3 membros do partido S, 1 membro do partido Y e 1 membro do partido Z. Caso a comissão CQ seja formada por 4 membros, deverão ser escolhidos 2 do partido S e 2 do partido Y.

A quantidade de deputados disponíveis de cada partido para compor as comissões consta na tabela a seguir.

bancada	partido	quantidade
governamental	A	4
governamental	B	5
independente	R	8
independente	S	5
oposição	Y	4
oposição	Z	6

Dos projetos que chegam à Câmara dos Deputados para avaliação, 65% exigem a formação de uma comissão CP e 35% exigem uma comissão CQ.

Além dessas comissões, em situações especiais, o presidente da Câmara dos Deputados pode solicitar a formação de grupos de trabalho formados por membros da bancada governamental (partidos A e B), membros da bancada independente (partidos R e S) e membros da bancada de oposição (partidos Y e Z), devendo esses grupos de trabalho ter, pelo menos, um membro de cada bancada e, no máximo, 11 membros.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 43 Caso um projeto seja analisado por uma comissão composta exatamente por 5 membros, a probabilidade de que esse projeto seja analisado pela comissão CQ é estritamente inferior a 33%.

- 44 O número total de formas distintas de se definirem as quantidades de membros de cada bancada que podem compor o grupo de trabalho técnico é 165.

- 45 O número de comissões CP que podem ser formadas é superior a 500.

**Espaço livre**

Uma comissão da Câmara dos Deputados está analisando a distribuição de salários de determinada categoria funcional no Brasil. Durante um primeiro estudo promovido pelos deputados, um pesquisador calculou as médias, os desvios padrões e padronizou os valores dos salários brasileiros, para uma amostra de profissionais, com o intuito de comparar o desempenho salarial entre diferentes países. Esse pesquisador observou que, no Brasil, o salário médio dessa categoria é de R\$ 6.000 com desvio padrão de R\$ 800, enquanto, em outro país — P —, usado na comparação, o valor tabelado, em dólar, do salário médio dessa mesma categoria é \$ 3.500 e o desvio padrão é \$ 250.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 46** Considere que, no Brasil, o salário de um indivíduo da citada categoria funcional, com determinado tempo de experiência, seja R\$ 7.600, ao passo que, no país P, o salário de uma pessoa com o mesmo tempo de experiência do indivíduo citado seja \$ 3.950. Nesse caso, após a padronização, o salário do indivíduo no Brasil é estatisticamente inferior ao da pessoa no país P.
- 47** Se, no seu relatório, a comissão decidir aprovar um aumento de R\$ 750 para todos os funcionários da referida categoria funcional no Brasil, a média dos salários irá aumentar, assim como o desvio padrão e a variância dos salários de todos os trabalhadores dessa categoria.
- 48** Se o referido pesquisador tivesse escolhido uma nova amostra de trabalhadores 9 vezes maior que a do primeiro estudo, o erro padrão seria reduzido a um terço, caso fossem considerados os mesmos valores para o desvio padrão e a média do estudo inicial.

Julgue os itens que se seguem, relativos à organização do Estado, aos princípios fundamentais e à administração pública, à luz do disposto na Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do STF.

- 49** Os estados-membros podem legitimamente disciplinar as carreiras de peritos de natureza criminal e seu regime jurídico para atender às suas peculiaridades, incluindo-se a criação de especialidades não previstas na legislação federal.
- 50** É constitucional a atribuição exclusiva ao Corpo de Bombeiros Militar da realização de perícias em locais de incêndio ou explosão.
- 51** Compete às assembleias legislativas disciplinar sua própria polícia interna, inclusive quanto à definição dos agentes autorizados ao porte de arma de fogo, no âmbito da polícia legislativa, como inspetores e agentes.
- 52** A aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor é compatível com o caráter contributivo e solidário do regime próprio de previdência dos servidores públicos.
- 53** É cabível o trancamento da ação penal por meio de *habeas corpus*, admitido diante de situações excepcionálistimas, como quando constatada, de plano, ausência de justa causa para a propositura da ação penal.
- 54** Área comum do pátio de uma pousada não é abrangida pela proteção conferida pela cláusula da inviolabilidade domiciliar.

Julgue os itens que se seguem, à luz das normas constitucionais vigentes.

- 55** Projeto de lei de iniciativa popular deve ser encaminhado à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- 56** Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, mudar temporariamente sua sede.
- 57** Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra ministros de Estado.
- 58** É assegurada a concessão de *habeas corpus* contra ato de violência ou coação à liberdade de locomoção de membros das Forças Armadas, inclusive em razão de prisões disciplinares militares.
- 59** Desde a expedição do diploma, o eleito para o cargo de deputado federal só poderá ser preso em caso de flagrante de crime inafiançável.
- 60** No sistema de segurança pública constitucionalmente instituído, à Polícia Federal cabe o exercício das funções de polícia marítima, aeroportuária, rodoviária, judiciária da União e de fronteiras.

Julgue os itens seguintes, de acordo com o disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

- 61** As sessões não deliberativas da Câmara dos Deputados serão solenes ou destinadas a debates.
- 62** O órgão ao qual compete dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança externa da Câmara dos Deputados é a Corregedoria Parlamentar.

Com base no disposto na Resolução da Câmara dos Deputados n.º 18/2003, julgue os itens subsequentes.

- 63** A segurança do presidente da Câmara dos Deputados em todo o território nacional e no exterior é considerada atividade típica de Polícia da Câmara dos Deputados.
- 64** Cabe, por regra, à Polícia da Câmara dos Deputados a segurança de todo deputado federal durante seu deslocamento para o seu estado de origem.

**Espaço livre**

Em relação à organização administrativa, bem como a atos e processos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 65** Os atos administrativos devem ser motivados com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, especialmente quando imponha sanções, não sendo admitida a mera declaração de concordância com os fundamentos de parecer jurídico anterior.
- 66** A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação de competência, conforme a conveniência e a oportunidade, em razão de circunstâncias de cunho técnico e jurídico.
- 67** O prazo decadencial de cinco anos para a administração anular os atos administrativos ilegais contar-se-á, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, da percepção do primeiro pagamento ao beneficiário.
- 68** A aplicação de sanções no âmbito de processo administrativo poderá ser revista de ofício, a qualquer tempo, desde que surjam fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, sendo vedada a *reformatio in pejus*.
- 69** As câmaras de vereadores, por serem desprovidas de personalidade jurídica própria, não possuem capacidade processual para propor ações judiciais, cabendo exclusivamente às pessoas jurídicas de direito público a defesa dos seus direitos institucionais.

No tocante aos agentes públicos e à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 70** No caso de ilícito praticado por agente público contra terceiro, a ação de indenização por danos materiais deve ser ajuizada diretamente contra o Estado, que tem o direito de regresso contra o servidor em caso de culpa ou dolo.
- 71** É permitido ao servidor público atuar como procurador de seu cônjuge para tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais junto a repartições públicas.
- 72** O servidor que foi demitido por se ter valido do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública, não poderá retornar ao serviço público federal pelo período de 10 anos, ainda que aprovado em outro concurso público.

Com base nas disposições da Lei de Acesso à Informação, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e da Lei n.º 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 73** O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer sem o consentimento do titular quando for indispensável tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos.
- 74** Constitui ato de improbidade administrativa caracterizado como enriquecimento ilícito auferir, seja de forma dolosa, seja de forma culposa, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo público.
- 75** O acesso às informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem restringe-se a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que tais informações se referam, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 anos a contar da sua data de produção.

Julgue os itens seguintes, relativos a bens públicos, licitações e contratos públicos, bem como administração orçamentária e financeira.

- 76** Consideram-se bens públicos dominiais todas as coisas, móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, utilizadas pela administração pública para a realização de suas atividades e consecução de seus fins.

- 77** No que se refere ao pagamento de despesas orçamentárias, na fase de pré-empenho, há o bloqueio da dotação orçamentária, ao passo que, na de empenho, a obrigação de pagamento é criada com a reserva do valor orçamentário para credor específico.

- 78** Há dispensa de licitação quando inviável a competição, como no caso de aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

- 79** Quando se tratar de obras e serviços, o objeto do contrato será recebido definitivamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

- 80** Diálogo competitivo é a modalidade de licitação para a contratação de obras, serviços e compras em que a administração pública realiza conversas com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

A respeito de sistemas operacionais e ferramentas de produtividade, julgue os itens que se seguem.

- 81** Em navegadores *web* comuns, como Google Chrome ou Microsoft Edge, o modo anônimo protege a navegação na *darkweb*, sem que nenhum registro dos *sites* acessados e das informações transitadas seja rastreável por outros usuários da *darkweb*.

- 82** Google Workspace é um ambiente virtual, com aplicativos de comunicação (Meet e Chat), de colaboração (Sheets e Forms) e de armazenamento (Drive e Cloud Search).

A respeito de segurança da informação, julgue o próximo item.

- 83** Ferramentas de EDR (*endpoint detection and response*) identificam atividades suspeitas em computadores e servidores e sinalizam aos analistas para que estes acionem os procedimentos de segurança necessários, o que deve ser feito manualmente.

Acerca de redes e de bancos de dados, julgue os itens a seguir.

- 84** Por não possuírem um formato predefinido, dados não estruturados são mais simples de manipular que dados estruturados.

- 85** Um dos princípios de uma VPN é garantir a privacidade do usuário, ocultando o endereço IP de seu computador e protegendo com criptografia as informações enviadas.

- 86** O relacionamento N:N entre duas tabelas no modelo lógico de um banco de dados relacional requer a criação de uma nova tabela associativa no modelo físico que faça a ligação com as duas tabelas originais.

No que se refere a *Big Data*, julgue o seguinte item.

- 87** *Value*, pilar fundamental do *Big Data*, está relacionado à qualidade, à confiabilidade e à precisão dos dados, assim como à garantia de que esses dados não se tornem ruído.

Em relação a Android, *malware* e IA generativa, julgue os itens subsequentes.

- 88** No sistema operacional Android, as aplicações instaladas no mesmo dispositivo compartilham, por padrão, o mesmo identificador de usuário (UID) no *kernel* do Linux, o que permite que uma aplicação acesse diretamente os dados internos de outras aplicações.

- 89** Ataques de *ransomware* que incorporam mecanismos típicos de *keyloggers* caracterizam-se como ataques multifuncionais, nos quais o agente malicioso realiza a criptografia de dados e a exfiltração de credenciais e de outras informações sensíveis.

- 90** Em sistemas de IA generativa baseados em modelos de linguagem, o processo de geração de saída envolve a predição iterativa autorregressiva de *tokens* com base em distribuições de probabilidade condicionadas ao contexto de entrada e ao histórico de *tokens* previamente gerados, o que permite a construção incremental de sequências coerentes.

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Luciana, ocupante de cargo em comissão de direção no setor financeiro de um órgão público, autorizou o acesso de um subordinado ao sistema interno sem as cautelas exigidas. Em razão dessa falha, o subordinado desviou valores públicos para conta própria.

Em decorrência do ocorrido, Luciana foi denunciada e, antes de sentença irrecorrível, promoveu a reparação integral do dano causado ao erário.

Em outra ocasião, no exercício do cargo, Luciana recebeu, indevidamente, em sua conta pessoal, um depósito de valores públicos decorrente de erro de processamento. Ciente do equívoco, ela decidiu não comunicar o fato e permaneceu com a quantia depositada.

Considerando a situação hipotética apresentada e os dispositivos do Código Penal relativos aos crimes contra a administração pública, bem como as consequências jurídicas da reparação do dano e da devolução do produto do ilícito, julgue os itens seguintes.

- 91** Em caso de condenação de Luciana pelo segundo fato, a progressão de regime dependerá da devolução do valor apropriado, não sendo suficiente para tal progressão a reparação anteriormente realizada em relação ao primeiro fato.
- 92** A reparação integral do dano, realizada por Luciana antes de sentença irrecorrível, reduz pela metade a pena aplicável ao primeiro fato.
- 93** A conduta de Luciana, no primeiro fato, configura, em tese, peculato culposos.
- 94** Em relação ao segundo fato, a conduta de Luciana configura, em tese, peculato mediante erro de outrem, crime sobre o qual incide causa de aumento de pena de um terço em razão de a autora ocupar cargo em comissão de direção.

Acerca do concurso de agentes, da relação de causalidade, da imputação penal e das causas de extinção da punibilidade, julgue os itens a seguir.

- 95** As condições de caráter pessoal não se comunicam entre os agentes, ainda que constituam elementares do tipo penal.
- 96** Se, no concurso de pessoas, um dos agentes pratica crime mais grave do que o ajustado, os demais participantes não responderão por esse resultado mais grave, salvo se previsível.
- 97** A superveniência de causa relativamente independente que, por si só, produz o resultado rompe o nexo causal, afastando a imputação desse resultado ao agente anterior.
- 98** Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, a reparação do dano ou a restituição da coisa, se realizada até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, constitui causa de extinção da punibilidade.

A respeito da lei penal no tempo, da aplicação da lei penal no espaço e das imunidades, julgue os seguintes itens.

- 99** A *abolitio criminis* extingue a punibilidade e faz cessar a execução e os efeitos penais da condenação, ao passo que a lei posterior mais benéfica retroage para beneficiar o réu, podendo implicar redução de pena ou modificação do regime jurídico aplicável.
- 100** Na hipótese de sucessão de leis penais no tempo, é permitido ao juiz aplicar parte de uma lei anterior e parte de uma lei posterior, desde que o resultado seja mais favorável ao réu.
- 101** A lei penal brasileira aplica-se a crime praticado no estrangeiro por brasileiro, ainda que o fato não seja punível no país em que tenha sido praticado, desde que o agente ingresse no território nacional.

No que se refere à culpabilidade, à imputabilidade penal e às causas de exclusão da responsabilidade penal, julgue os itens subsequentes.

- 102** O agente que, por erro evitável, supõe estar acobertado por uma causa de exclusão da ilicitude atua sem culpabilidade, devendo ser a pena afastada.
- 103** O agente que, ao tempo da ação, em razão de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato é isento de pena, ficando sujeito, contudo, à imposição de medida de segurança.

Com base nas disposições da Lei n.º 9.099/1995 e em suas alterações posteriores, especialmente no que diz respeito aos atos processuais e ao termo circunstanciado de ocorrência no âmbito dos juizados especiais criminais, julgue os itens a seguir.

- 104** O termo circunstanciado de ocorrência deve ser lavrado obrigatoriamente na delegacia de polícia, pela autoridade policial competente — o delegado de polícia —, sendo vedada sua elaboração no local dos fatos ou por outra autoridade pública.
- 105** A transação penal, no âmbito dos juizados especiais criminais, apesar de não implicar reconhecimento de culpa, gera antecedentes criminais e produz efeitos de reincidência.
- 106** Nos juizados especiais criminais, é vedada a prolação de sentença exclusivamente oral, sendo obrigatória a sua reprodução integral a termo escrito, sob pena de nulidade absoluta.

Acerca da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória, julgue os itens seguintes.

- 107** No caso específico de prisão preventiva, o mandado de prisão regularmente decretado poderá ser cumprido pela autoridade policial no domicílio do infrator, independentemente do seu consentimento, a qualquer dia e horário, inclusive durante a noite.
- 108** É incabível a liberdade provisória, com ou sem fiança, ao preso em flagrante por tráfico ilícito de entorpecente, em razão da vedação prevista na legislação que disciplina a matéria.
- 109** É vedada ao juiz, de ofício, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva sem a provocação do Ministério Público, do querelante ou mediante representação da autoridade policial.

À luz do disposto na Lei n.º 9.296/1996 (interceptação telefônica), bem como na Lei n.º 7.960/1989 (prisão temporária), julgue os seguintes itens.

- 110** O prazo da interceptação telefônica, inclusive nas investigações relacionadas ao tráfico de drogas, é de até 15 dias, renovável por igual período, podendo haver diversas e sucessivas prorrogações quando comprovada a indispensabilidade da medida.
- 111** No tocante aos crimes praticados por organizações criminosas, a prisão temporária possui prazo diferenciado, podendo ser decretada por até 30 dias, prorrogáveis por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- 112** A recusa do indiciado ao fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da sua identidade poderá acarretar a decretação da prisão temporária, nos termos da legislação vigente.

Julgue os próximos itens, relativos às condutas tipificadas na Lei n.º 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade.

- 113** Os crimes previstos nessa lei são de ação penal pública incondicionada, sendo incabível a queixa subsidiária.
- 114** A instauração de procedimento investigatório penal contra alguém, sem a existência de qualquer indício da prática de crime, configura abuso de autoridade, ressalvada a hipótese de investigação preliminar devidamente fundamentada.
- 115** Os investigados, mesmo que formalmente denunciados em ação penal, não podem ser submetidos à condução coercitiva para fins de interrogatório, seja no âmbito policial, seja no judicial.

Em relação aos exames periciais, julgue os itens a seguir.

- 116** Na hipótese em que da infração penal resultarem vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo a confissão do acusado suprir-lhe a falta.
- 117** Os laudos periciais em que constem a descrição do objeto de exame e as respostas aos quesitos deverão ser elaborados pelos peritos no prazo máximo de 10 dias, não se admitindo prorrogação.
- 118** Em caso de dúvida quanto à autenticidade da letra e da firma apostas em atestado médico apresentado por servidor, poderá ser realizado exame pericial documentoscópico.
- 119** Haverá prioridade na realização do exame de corpo de delito em qualquer crime cometido contra mulheres.

Uma justiça que busca em primeiro lugar atender necessidades e endireitar as situações se apresenta muito diferente da justiça cujo cerne seja a culpa e a dor.

Howard Zehr. **Trocando as lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008, p. 199 (com adaptações).

Tendo o texto precedente como referência inicial, julgue os itens subsequentes, relativos aos modelos de reação ao delito.

- 120** O modelo dissuasório clássico confere especial relevância à pretensão punitiva do Estado, ao castigo do delincente e às necessidades da vítima.
- 121** O modelo ressocializador visa à pacificação das relações sociais mediante a reparação do dano causado à vítima e à comunidade.
- 122** O modelo integrador tem como objetivo prioritário a reintegração social do infrator.

Em relação às teorias sociológicas da criminologia, julgue os itens que se seguem.

- 123** Segundo a teoria da neutralização, o agente recorre a técnicas de neutralização para racionalizar e justificar sua conduta delitiva.
- 124** De acordo com a teoria da identificação diferencial, o comportamento criminoso pode ser aprendido por identificação com modelos delitivos, ainda que ausente interação direta com outros criminosos.
- 125** Consoante a teoria da subcultura delinquente, a criminalidade decorre da existência de subculturas com valores próprios, distintos da cultura dominante.

Julgue os próximos itens, referentes aos objetos da criminologia.

- 126** Sob a perspectiva da criminologia, o crime é um fato típico, ilícito e culpável.
- 127** As escolas criminológicas clássica, positivista antropológica e correccionalista apresentam distintas concepções sobre o delinquente, conceituado, respectivamente, como sujeito dotado de livre-arbítrio, como criminoso nato e como indivíduo passível de tratamento.
- 128** O controle social informal, exercido por instituições como família e escola, atua de modo complementar ao controle social formal, desempenhado, especialmente, pelo sistema penal.

Julgue os itens a seguir, relativos à preservação do local do crime, bem como a vestígio, indício e evidência.

- 129** No caso de transporte de amostras biológicas, a cadeia de custódia deve ser a mais curta possível, para se evitar a degradação do material.
- 130** Evidência é todo objeto visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona com a infração penal.
- 131** A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, ainda que seja necessária a realização de exames complementares.
- 132** No que se refere à preservação do local do crime, considera-se área imediata a que tem ligação geográfica com o fato, como, por exemplo, o jardim da casa onde o agente descartou o instrumento usado para cometer o delito.

Com relação à cadeia de custódia, julgue os seguintes itens.

- 133** A inobservância do procedimento de acondicionamento de vestígios acarreta, automaticamente, a imprestabilidade dessas provas.
- 134** Denomina-se fixação a manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado.
- 135** A quebra da cadeia de custódia prejudica a rastreabilidade da prova, o que ocasiona perda da credibilidade desse elemento probatório.
- 136** A guarda e a devolução do vestígio de prova é uma das etapas da fase externa da cadeia de custódia.
- 137** Reconhece-se a quebra da cadeia de custódia da prova quando não se obtém, por interceptação telefônica, acesso à integralidade das conversas, o que implica causa de nulidade da interceptação.

Acerca dos vestígios e do local do crime na investigação criminal, julgue os itens a seguir.

- 138** A busca de vestígios deve ser realizada de forma sistemática, iniciando-se pelo reconhecimento, ato que distingue elemento de potencial interesse para a produção da prova pericial, que pode ser ilustrado por fotografia, filmagem ou croqui, para a garantia da integridade da cadeia de custódia.
- 139** Durante a busca de vestígios, é permitido ao perito manipular e coletar objetos sem qualquer registro prévio, desde que a coleta seja imediata e rápida, pois a cadeia de custódia só se inicia no momento em que o vestígio é entregue ao laboratório.
- 140** Considera-se fraude processual a remoção de quaisquer vestígios do local de crime antes que o perito responsável o libere.

Acerca dos direitos humanos, julgue os itens a seguir.

- 141** A Constituição Federal de 1988 dispõe de procedimento de aprovação específico para a incorporação dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ao ordenamento jurídico pátrio.
- 142** Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, no âmbito do Poder Legislativo, em dois turnos e por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão dotados de caráter infraconstitucional.
- 143** As gerações (ou dimensões) dos direitos humanos contemplam a evolução histórica desses direitos, que abrange tanto a noção de direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais quanto a de direitos difusos e coletivos, por exemplo.
- 144** Os Estados-partes da Convenção Americana de Direitos Humanos comprometem-se a adotar providências tanto internas quanto mediante cooperação internacional para a obtenção progressiva da plena efetividade dos direitos decorrentes das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos.
- 145** Tradicionalmente, alguns direitos podem ser considerados tanto direitos humanos quanto direitos fundamentais, se constarem de instrumentos internacionais, considerado o rol de direitos e garantias em uma Constituição.

Com base nas disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), promulgada pelo Decreto n.º 678/1992 e anexo, julgue os seguintes itens.

- 146** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que versa sobre várias espécies de direitos, entre os quais se incluem os direitos civis e políticos, assegura a toda pessoa o reconhecimento de sua personalidade jurídica.
- 147** O Pacto de São José da Costa Rica proíbe interpretações que limitem o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos de acordo com as leis de qualquer dos Estados-partes.
- 148** O Sistema Interamericano de Direitos Humanos, previsto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, permite a apreciação, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, de demandas que envolvam direitos humanos que, uma vez ali acolhidas, serão objeto de julgamento pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- 149** A competência para apresentar petições que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos é restrita aos Estados-membros dessa convenção.

- 150** Da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos é cabível apelação por qualquer das partes, desde que o respectivo pedido seja realizado no prazo máximo de 180 dias a partir da data da notificação da sentença.

- 151** Todo Estado-parte pode, no momento de adesão à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece como obrigatória a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da referida convenção.

Julgue os itens subsequentes, relativos à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

- 152** A DUDH tem cunho de *hard law*, de modo que a sua observância pelos países signatários é obrigatória, consoante os preceitos do direito internacional.
- 153** A DUDH assegura a todo indivíduo o direito ao devido processo legal, à presunção de inocência e à busca de asilo em outros países, independentemente da prática de crimes comuns.
- 154** Segundo o disposto na DUDH, nenhuma pessoa será submetida a tortura, tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- 155** Durante a Segunda Guerra Mundial, percebeu-se que a proclamação da DUDH não fora suficiente para impedir o advento daquele conflito, tendo sido, então, criados os sistemas internacionais regionais de proteção dos direitos humanos, no intuito de impedir novos conflitos globais e regionais.

A respeito das condutas a serem adotadas pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei, do uso de armas de fogo, do uso da força e de instrumentos de menor potencial ofensivo, julgue os próximos itens.

- 156** Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem sempre cumprir o dever que a lei lhes impõe, servindo a comunidade e protegendo todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o elevado grau de responsabilidade de sua profissão.
- 157** Em resposta a uma ameaça real ou potencial, os profissionais de segurança pública deverão priorizar a comunicação, a negociação e o emprego de técnicas que impeçam uma escalada da violência.
- 158** Ao dispersar grupos ilegais não violentos, os responsáveis pela aplicação da lei deverão evitar o uso da força ou, quando tal não for possível, deverão restringir tal força ao mínimo necessário.
- 159** É legítimo o uso de arma de fogo contra veículo em caso de desrespeito a bloqueio policial em via pública, independentemente de haver ou não risco de morte aos agentes de segurança pública ou a terceiros.
- 160** É aceitável a invocação de circunstâncias excepcionais, tais como instabilidade política interna ou outras situações de emergência pública, como justificativa para o abandono dos princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei.

Em relação às funções da atividade de inteligência e à metodologia de produção de conhecimentos, julgue os itens que se seguem.

- 161** A função de produção de conhecimentos concernentes ao assessoramento do processo decisório esgota o escopo da atividade de inteligência, não se estendendo a ações voltadas à neutralização de ameaças informacionais.
- 162** A contrainteligência preventiva compreende um conjunto de medidas destinadas à salvaguarda de conhecimentos, informações e dados sensíveis, dos meios que os retenham ou por onde transitam, de seus detentores, bem como de áreas, instalações e demais ativos de interesse do Estado e da sociedade, frente a ações adversas.
- 163** A atividade de inteligência pode desenvolver-se tanto de forma reativa, a partir de demandas específicas da autoridade decisória, quanto de forma proativa, mediante a identificação antecipada de potenciais ameaças ou oportunidades.
- 164** No processo de produção de conhecimentos, a etapa de análise envolve a correlação, a interpretação e a valoração de dados e informações, com vistas à elaboração de conhecimentos relevantes para a autoridade decisória.
- 165** A metodologia de produção de conhecimentos, estruturada em fases definidas, caracteriza-se por um encadeamento linear e inflexível, não comportando revisões ou ajustes ao longo de sua execução.

Julgue os itens subsequentes, com base na Política Nacional de Inteligência.

- 166** O ambiente internacional não é considerado na atividade de inteligência nacional, que se limita ao território brasileiro.
- 167** A atividade de inteligência sempre deve respeitar a legalidade, os direitos e as garantias fundamentais e o Estado democrático de direito.
- 168** Em razão do seu dimensionamento, as ameaças econômicas e ambientais não integram o conceito de ameaças formulado nessa política.
- 169** No âmbito dessa política, o caráter sigiloso das atividades de inteligência restringe os mecanismos de controle externo quando sua divulgação puder comprometer operações em curso ou a segurança de fontes.
- 170** Essa política estabelece parâmetros e limites de atuação da atividade de inteligência e de seus executores no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência.
- 171** A inteligência nacional tem como objetivo subsidiar o processo decisório do Estado.

Julgue os itens a seguir, referentes à análise de risco na atividade de inteligência.

- 172** Ao sistematizar a relação entre ameaças, vulnerabilidades e impactos, a análise de risco fornece subsídios para a priorização de riscos, a alocação eficiente de recursos e a definição de estratégias preventivas no contexto da atividade de inteligência.
- 173** A ameaça é caracterizada exclusivamente por organizações adversas, atores estatais e eventos de natureza natural, não abrangendo ações deliberadas de atores humanos.
- 174** O risco pode ser compreendido como o resultado da interação entre a probabilidade de ocorrência de uma ameaça, a existência de vulnerabilidades exploráveis e o impacto potencial decorrente de sua materialização.
- 175** Vulnerabilidade corresponde à capacidade intrínseca do agente adverso de identificar, explorar e potencializar fragilidades existentes no ambiente ou no alvo.

No que diz respeito ao controle da atividade de inteligência e à segurança da informação, julgue os próximos itens.

- 176** A classificação de documentos deve atender aos princípios da necessidade e da proporcionalidade, não sendo apropriado conceder, de forma indiscriminada, o mais alto grau de sigilo a todas as informações geradas.
- 177** O sigilo no manejo da informação é elemento acessório e pode ser relativizado em face de necessidades operacionais imediatas.
- 178** A proteção da informação se apoia em características essenciais, como confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade, assegurando, assim, que os dados sejam devidamente protegidos em todas as suas fases.
- 179** A classificação da informação em relação ao sigilo é definitiva, não podendo ser reavaliada ou revista, ainda que haja mudança das circunstâncias que motivaram a classificação.
- 180** O controle da atividade de inteligência envolve mecanismos que garantem a conformidade das ações realizadas com os princípios da legalidade, legitimidade e *accountability*, além da supervisão por órgãos internos e externos.

**Espaço livre**